

8.2 ALTERAÇÕES À PARTE G DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA E TABELA DE TAXAS QUE SE ANEXA:

Da **DMGAP – Divisão de Serviços Jurídicos e do Contencioso**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a fim de deliberar a sua sujeição a consulta pública, nos termos do artº. 101º, nº. 1 do Código do Procedimento Administrativo.



BRAGA
Município

Documento nº: I/246/DACPGP/2017

Data Registo: 30-11-2017

Assunto: Proposta - alteração ao Código Regulamentar - Parte G-1: Cemitérios

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Mafalda Vilaça (Dra)

Endereço:

Utilizador: Mafalda Vilaça (Dra)

Destinatário: Firmino Marques (Dr)

Conhecimentos:

Aureliano Fernandes

Carlos Meireles (Dr)

Data: 30-11-2017 14:16:55

Documento: I/246/DACPGP/2017

Segue, para apreciação, em anexo a proposta de alteração aos artigos G-1/42º, 43º, 44º do Código Regulamentar e art. 69º da Tabela de Taxas anexa ao Código Regulamentar.

Utilizador: Mafalda Vilaça (Dra)

Destinatário: Mafalda Vilaça (Dra)

Conhecimentos:

Data: 30-11-2017 14:13:12

Documento: I/246/DACPGP/2017

Criação automática de pedido

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Pui fazer documento para
se a possa submeter a proposta
e anexa a apreciação do
Executivo Municipal de Braga

Firmino Marques
30 Nov 2017

PROPOSTA: Alteração ao Código Regulamentar – Parte G-1: Cemitérios.

Considerando que, nos termos do estatuído no art. 33º, alínea qq) do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, compete à câmara municipal “administrar o domínio público municipal”, competência esta que foi delegada no Sr. Presidente desta edilidade por deliberação tomada pelo Executivo Municipal em 23 de outubro de 2017 (nº 1, alínea y), competindo a área de responsabilidade relativa aos Cemitérios ao Sr. Vereador Firmino Marques (Edital nº ED/393/2017), designado Vice-Presidente por despacho do Sr. Presidente datado de 27 de outubro de 2017;

Considerando que a disciplina relativa à gestão do Cemitério Municipal se encontra plasmada no Código Regulamentar do Município de Braga, parte G-1, Código este que publicado no Diário da República, 2ª série de 26 de outubro de 2016;

Considerando que, nos termos do estatuído no art. 33º, alínea ccc) do Anexo I da Lei nº 75/2013 *“competem à Câmara Municipal (...) apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta”*;

Considerando que compete à Assembleia Municipal, de acordo com o prescrito no art. 25º, alínea g) do Anexo I da lei nº 75/2013, *“Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município”*;

Considerando ainda que os terrenos existentes no Cemitério Municipal são concedidos, a título de uso privativo, para a instalação de sepulturas perpétuas e construção de jazigos particulares, podendo, atualmente, tal concessão ser transmitida, mediante prévia autorização municipal, por ato entre vivos e para pessoa diferente das constantes do art. 2133º do Código Civil (classes de sucessíveis);

Considerando o abuso que se tem vindo a fazer de tal previsão legal, tornando-se premente a consagração de critérios considerados convenientes no ambiente local para preservar o espírito inicial do fundador ou o caráter familiar do jazigo ou sepultura perpétua;

Considerando a necessidade de salvaguardar o respeito, dignidade e compostura que o local em questão exige de todos e tendo em conta os fins a que a concessão de uso privativo se destina,

Propomos que os artigos G-1/42º, 43º e 44º do Código Regulamentar do Município de Braga e art. 69º da Tabela de Taxas, que estabelecem:

“Artigo G-1/42º

Transmissão por morte

As transmissões por morte das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas a favor da família do concessionário são livremente admitidas, nos termos gerais de direito.

Artigo G-1/43º

Transmissão por ato entre vivos

As transmissões por ato entre vivos das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas só poderão efetivar-se após autorização municipal e quando neles não existam corpos ou ossadas, recaindo sobre as mesmas o pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao presente Código.

Artigo G-1/44º

Averbamento

O averbamento das transmissões a que se refere o artigo anterior será feito no respetivo título e livro de registos de concessões, após pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao Código.

(...)

Tabela de Taxas Municipais

“Artigo 69º

Averbamentos

1 –Averbamento em título de concessão de terreno para jazigo ou sepultura em nome de novo concessionário:

1.1 – Classes sucessíveis, nos termos das alíneas a) a d) do art. 2133º do Código Civil

1.1.1 - Para jazigos

1.1.2 - Para sepulturas perpétuas

1.2 – Averbamento de transmissões para pessoas diferentes

1.2.1 - Para jazigos com área de 5 m²

1.2.2 - Idem com outras áreas

1.2.3 - Para sepulturas perpétuas

2- 2ª via de título de concessão.”

sejam alterados, passando a ter a seguinte redação:

“Artigo G-1/42º

Transmissão por morte

As transmissões por morte das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas são livremente admitidas, nos termos gerais de direito.

Artigo G-1/43º

Transmissão por ato entre vivos

As transmissões por ato entre vivos das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas só poderão efetivar-se após autorização municipal e a favor das pessoas referidas nas alíneas a) a d) do art. 2133º do Código Civil.

Artigo G-1/44º

Averbamento

O averbamento das transmissões a que se referem os artigos G-1/42º e G-1/43º será feito no respetivo título e livro de registos de concessões, após pagamento das taxas previstas na Tabla de Taxas anexa ao Código.

Tabela de Taxas Municipais

Artigo 69º

Averbamentos

1 – Averbamento em título de concessão de terreno para jazigo ou sepultura em nome de novo concessionário:

1.1 – Para jazigos

1.2 – Para sepulturas perpétuas

2 – 2ª via de título de concessão”

A Jurista,



O Jurista, responsável pela gestão do Cemitério Municipal,



¹ Artigo 2133.º

(Classes de sucessíveis)

1. A ordem por que são chamados os herdeiros, sem prejuízo do disposto no título da adopção, é a seguinte:

- a) Cônjuge e descendentes;
- b) Cônjuge e ascendentes;
- c) Irmãos e seus descendentes;
- d) Outros colaterais até ao quarto grau;

Paula Regina Vilaça Rocha

Alteração CRIB - Contributos
MGD - 9247 de 22/03/2018

De: Liliana Veiga
Enviado: 8 de março de 2018 16:12
Para: Paula Regina Vilaça Rocha
Cc: Isilda Castro; Elisa Coelho; Cristina Salgado
Assunto: RE: I/529/2018 e I/246/DACPGP Regulamentos - contributos

Boa tarde,

*Boa tarde Miguel.
18/03/26*

Reforço a informação já anteriormente veiculada: o registo de contributos (a surgir) seria registada e enviada DSJC. Dessa forma, a DSJC deverá ter conhecimento em GD e/ou MGD, caso tenham dado entrada contributos.

No entanto, pode também ser efetuada pesquisa nas aplicações (GD e MGD) pelo assunto referido nos editais. Essa pesquisa foi efetuada no BU e não localizamos nenhum registo mas, deverão igualmente garantir que não existe nenhum registo nas aplicações, grupo DSJC. *confirmado!*

Cumprimentos,
Liliana Veiga

De: Paula Regina Vilaça Rocha
Enviada: quinta-feira, 8 de março de 2018 15:48
Para: Liliana Veiga <liliana.veiga@cm-braga.pt>
Cc: Isilda Castro <isilda.castro@cm-braga.pt>; Elisa Coelho <elisa.coelho@cm-braga.pt>; Cristina Salgado <cristina.salgado@cm-braga.pt>
Assunto: I/529/2018 e I/246/DACPGP Regulamentos - contributos

Boa tarde Dra Liliana,
Tal como combinado venho por este meio solicitar informação sobre a existência ou não de contributos relativamente aos regulamentos referentes aos nºs de documentos supracitados.
Atentamente,



BRAGA

Paula Rocha
Serviços Jurídicos e de
Contencioso

paula.rocha@cm-braga.pt
T: 253 203 150 | F: 253 613 387
www.cm-braga.pt | Ext. 1207

Este e-mail é amigo do ambiente, pondere antes de o imprimir

*Inf. DNBAR/DSJC - Alteração à Parte G do CRIB e Tabela de Taxas anexa.
Sugere-se que agora o projeto de regulamento seja submetido a reunião do Executivo Municipal e fim de deliberar a sua submissão para consulta pública, nos termos do art. 101º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo.*

*A CS 20/3/2018
P.R.*

Miguel
O Diretor Municipal de Gestão e Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

Paula Regina Vilaça Rocha

De: Paula Regina Vilaça Rocha
Enviado: 8 de março de 2018 15:48
Para: Liliana Veiga
Cc: Isilda Castro; Elisa Coelho; Cristina Salgado
Assunto: I/529/2018 e I/246/DACPGP Regulamentos - contributos

Boa tarde Dra Liliana,

Tal como combinado venho por este meio solicitar informação sobre a existência ou não de contributos relativamente aos regulamentos referentes aos nºs de documentos supracitados.

Atentamente,



BRAGA

Paula Rocha

Serviços Jurídicos e de
Contencioso

paula.rocha@cm-braga.pt

T: 253 203 150 | F: 253 613 387

www.cm-braga.pt | Ext. 1207

Este e-mail é amigo do ambiente, pondere antes de o imprimir!



BRAGA
Município

Documento nº: I/246/DACPGP/2017

Data Registo: 30-11-2017

Assunto: Proposta - alteração ao Código Regulamentar - Parte G-1: Cemitérios

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Mafalda Vilaça (Dra)

Endereço:

Utilizador: Liliana Veiga (Dra)

Destinatário: Paula Rocha

Conhecimentos:

Data: 09-02-2018 16:29:41

Publicitado no site hoje, dia 09/02

Documento: I/246/DACPGP/2017

Utilizador: Paula Rocha

Destinatário: Liliana Veiga (Dra)

Conhecimentos:

Data: 07-02-2018 17:25:05

De acordo com orientações superiores, remete-se procedimento a fim de ser publicado aviso de acordo com o previsto no art. 98º CPA. Segue físico por protocolo.

Documento: I/246/DACPGP/2017

Utilizador: Alice M Gonçalves

Destinatário: Paula Rocha

Conhecimentos:

Data: 07-02-2018 15:50:54

Documento: I/246/DACPGP/2017

Utilizador: Alice M Gonçalves

Destinatário: Alice M Gonçalves

Conhecimentos:

Data: 07-02-2018 15:50:18

A Pedido DSJC

Documento: I/246/DACPGP/2017

Utilizador: Alice M Gonçalves

Destinatário: Ricardo Rio (Dr)

Conhecimentos:

Data: 25-01-2018 11:54:22

Para despacho do Sr. Presidente.

SEGUE DOC. EM SUPORTE PAPEL

Documento: I/246/DACPGP/2017

Utilizador: Miguel Guimarães (Dr)

Destinatário: Alice M Gonçalves

Conhecimentos:

Data: 25-01-2018 11:29:36

Documento: I/246/DACPGP/2017

Concordo.

Utilizador: Isilda Castro (Dra)

Destinatário: Miguel Guimarães (Dr)

Conhecimentos:

Firmino Marques (Dr)
Aureliano Fernandes
Carlos Meireles (Dr)
Domingos Lopes (Dr)
Olga Pereira (Dra)

Data: 19-01-2018 18:51:06

Documento: I/246/DACPGP/2017

Concordo.

Isilda Castro

Utilizador: Drª Elisa Coelho

Destinatário: Isilda Castro (Dra)

Conhecimentos:

Data: 19-01-2018 17:17:00

Documento: I/246/DACPGP/2017

Ex.ma Sra. Chefe da DSJC,
Dra Isilda Castro,

Segue informação em anexo, bem como processo físico.

Att

Elisa Cunha Coelho

Utilizador: Isabel Costa (Dra)

Destinatário: Drª Elisa Coelho

Conhecimentos:

Data: 03-01-2018 13:54:05

Documento: I/246/DACPGP/2017

Por indicação da Dra. Isilda remeto o documento em anexo.

Utilizador: Cristina Salgado (Dra)

Destinatário: Isabel Costa (Dra)

Conhecimentos:

Data: 19-12-2017 15:34:20

Documento: I/246/DACPGP/2017

para informar

Utilizador: Alice M Gonçalves

Destinatário: Cristina Salgado (Dra)

Conhecimentos:

Data: 19-12-2017 15:06:51

Documento: I/246/DACPGP/2017

SEGUE DOC. EM SUPORTE PAPEL

Utilizador: Alice M Gonçalves

Destinatário: Alice M Gonçalves

Conhecimentos:

Data: 19-12-2017 15:06:26

Documento: I/246/DACPGP/2017

Alterar movimento

Utilizador: Alice M Gonçalves	Destinatário: Isilda Castro (Dra)
Conhecimentos:	
Data: 19-12-2017 14:41:18	Documento: I/246/DACPGP/2017

SEGUE DOC. EM SUPORTE PAPEL

Utilizador: Miguel Guimarães (Dr)	Destinatário: Alice M Gonçalves
Conhecimentos:	
Data: 19-12-2017 14:31:47	Documento: I/246/DACPGP/2017

À DSJC para informar.

Utilizador: Alice M Gonçalves	Destinatário: Miguel Guimarães (Dr)
Conhecimentos:	
Data: 19-12-2017 10:46:45	Documento: I/246/DACPGP/2017

SEGUE DOC. EM SUPORTE PAPEL

Utilizador: Mceu Costa (Dra)	Destinatário: Alice M Gonçalves
Conhecimentos:	
Data: 18-12-2017 16:06:49	Documento: I/246/DACPGP/2017

Segue processo físico.

Utilizador: Firmino Marques (Dr)	Destinatário: Mceu Costa (Dra)
Conhecimentos:	
Data: 07-12-2017 02:03:03	Documento: I/246/DACPGP/2017

Localizar percurso do processo que já foi "despachado por mim".

Utilizador: Mafalda Vilaça (Dra)	Destinatário: Firmino Marques (Dr)
Conhecimentos:	
Aureliano Fernandes Carlos Meireles (Dr)	
Data: 30-11-2017 14:16:55	Documento: I/246/DACPGP/2017

Segue, para apreciação, em anexo a proposta de alteração aos artigos G-1/42º, 43º, 44º do Código Regulamentar e art. 69º da Tabela de Taxas anexa ao Código Regulamentar.

Utilizador: Mafalda Vilaça (Dra)	Destinatário: Mafalda Vilaça (Dra)
Conhecimentos:	
Data: 30-11-2017 14:13:12	Documento: I/246/DACPGP/2017

Criação automática de pedido



BRAGA
Município

GABINETE VICE-PRESIDENTE

INFORMAÇÃO Nº 1/88/VPFM/2017

Referência	Data
0-GENÉRICO	04-12-2017

Assunto: Proposta de alteração ao Código Regulamentar - Parte G-1: Cemitérios.

Exmo. Senhor,
Presidente da Câmara Municipal de Braga,
Dr. Ricardo Rio,

Junto se anexa, para apreciação, uma proposta de alteração aos artigos G-1/42º, 43º, 44º do Código Regulamentar e art. 69º da Tabela de Taxas, anexa, ao Código Regulamentar.

Deixando à consideração do Sr. Presidente apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente,

Dr. Firmino Marques,

À DSC
para informação.
18/12/2017

À Dr. Miguel Guimarães,
para informação. 17/12/2017

**17.1 INÍCIO DO PROCEDIMENTO: ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS G-1/42º
G-1/43º, G-1/44º. E ARTIGO 69º. DA TABELA DE TAXAS ANEXA AO
REFERIDO CÓDIGO:**

Submete-se ao Executivo Municipal o início de procedimento - Alteração dos artigos **G-1/43, G-1/44º.** do código regulamentar do Município de Braga.

Tem informação circunstanciada da DMGAP-DSJC, que se anexa.

Deliberação aprovada. Remetida à DSJC.



I/246/5ACPGP/2013

8

GM-Reunião de 5/12/2018
Deliberado aprovar.
Referir a DSJC

Registo de entrada: 18/12/2017

Requerente: DACPGP

Assunto: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À PARTE G DO CRMB

Informação de 19/01/2017

Técnico responsável: Elisa Cunha Coelho

QUESTÃO

Proposta de alteração ao CRMB: solicitada a alteração dos artigos G-G-1/42º, 43º, 44º do CRMB e 69º da Tabela de Taxas anexa ao CRMB.

CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

- REDAÇÃO ATUAL

CAPÍTULO IX TRANSMISSÕES DE JAZIGOS E SEPULTURAS PERPÉTUAS

Artigo G-1/42.º

Transmissão por morte

As transmissões por morte das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas a favor da família do concessionário são livremente admitidas, nos termos gerais de direito.

Artigo G-1/43.º

Transmissão por ato entre vivos

As transmissões por atos entre vivos das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas, só poderão efetivar-se após autorização Municipal e quando neles não existam corpos ou ossadas, recaindo sobre as mesmas o pagamento das taxas previstas na Tabela anexa ao presente Código.



Artigo G-1/44.º

Averbamento

O averbamento das transmissões a que se refere o artigo anterior será feito no respetivo título e livro de registos de concessões, após pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao Código.

Tabela das Taxas Municipais

Artigo 69º

Averbamentos

1. Averbamento em título de concessão de terreno para jazigo ou sepultura em nome de novo concessionário:
 - 1- – Classes sucessíveis, nos termos das alíneas a) a d) do artigo 2133º do Código Civil
 - 1.1.1. Para jazigos
 - 1.1.2. Para sepulturas perpétuas
 - 2- – Averbamento de transmissões para pessoas diferentes
 - 1.2.1. Para jazigos com área de 5m2
 - 1.2.2. Idem para outras áreas
 - 1.2.3. Para sepulturas perpétuas
2. 2ª via de título de concessão.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

CAPÍTULO IX TRANSMISSÕES DE JAZIGOS E SEPULTURAS PERPÉTUAS

Artigo G-1/42.º - NOVA REDAÇÃO

Transmissão por morte

As transmissões por morte das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas são livremente admitidas, nos termos gerais de direito.



Artigo G-1/43.º - NOVA REDAÇÃO

Transmissão por ato entre vivos

As transmissões por atos entre vivos das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas, só poderão efetivar-se após autorização Municipal e a favor das pessoas referidas nas alíneas a) a d) do artigo 2133º do Código Civil.

Artigo G-1/44.º - NOVA REDAÇÃO

Averbamento

O averbamento das transmissões a que se referem os artigos G-1/42º e G-1/43º será feito no respetivo título e livro de registos de concessões, após pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao Código.

Tabela das Taxas Municipais

Artigo 69º - NOVA REDAÇÃO

Averbamentos

1. Averbamento em título de concessão de terreno para jazigo ou sepultura em nome de novo concessionário:

1.1. Para jazigos

1.2. Para sepulturas perpétuas

2. 2ª via de título de concessão.

NOTA JUSTIFICATIVA:



PROPOSTA: Alteração ao Código Regulamentar – Parte G-1: Cemitérios.

Considerando que, nos termos do estatuído no art. 33º, alínea qq) do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, compete à câmara municipal “administrar o domínio público municipal”, competência esta que foi delegada no Sr. Presidente desta edilidade por deliberação tomada pelo Executivo Municipal em 23 de outubro de 2017 (nº 1, alínea y), competindo a área de responsabilidade relativa aos Cemitérios ao Sr. Vereador Firmino Marques (Edital nº ED/393/2017), designado Vice-Presidente por despacho do Sr. Presidente datado de 27 de outubro de 2017;

Considerando que a disciplina relativa à gestão do Cemitério Municipal se encontra plasmada no Código Regulamentar do Município de Braga, parte G-1, Código este que publicado no Diário da República, 2ª série de 26 de outubro de 2016;

Considerando que, nos termos do estatuído no art. 33º, alínea ccc) do Anexo I da Lei nº 75/2013 “*compete à Câmara Municipal (...) apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta*”;

Considerando que compete à Assembleia Municipal, de acordo com o prescrito no art. 25º, alínea g) do Anexo I da lei nº 75/2013, “*Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município*”;

Considerando ainda que os terrenos existentes no Cemitério Municipal são concedidos, a título de uso privativo, para a instalação de sepulturas perpétuas e construção de jazigos particulares, podendo, atualmente, tal concessão ser transmitida, mediante prévia autorização municipal, por ato entre vivos e para pessoa diferente das constantes do art. 2133º do Código Civil (classes de sucessíveis);

Considerando o abuso que se tem vindo a fazer de tal previsão legal, tornando-se premente a consagração de critérios considerados convenientes no ambiente local para preservar o espírito inicial do fundador ou o caráter familiar do jazigo ou sepultura perpétua;

Considerando a necessidade de salvaguardar o respeito, dignidade e compostura que o local em questão exige de todos e tendo em conta os fins a que a concessão de uso privativo se destina,



1. Procedimentos a seguir:

- ↗
- a. O Executivo Municipal deve aprovar, em reunião, o início do procedimento;
 - b. Posteriormente e nos termos do disposto no **artigo 98.º do CPA** deve ser publicitado o início do procedimento: na Internet, no sítio institucional do Município, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento;
 - c. Para esse efeito junta-se minuta para publicação no site institucional para publicitação do início da procedimento e participação procedimental, que deverá ser assinado pelo Sr. Presidente, caso concorde com o seu conteúdo;
 - d. Depois de assinado, deverá o aviso em anexo ser publicitado no site institucional do Município e por Edital;
 - e. Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 15 dias a contar da data da publicação do projeto;
 - f. Findo esse prazo, se houver sugestões, deverão as mesmas ser remetidas a esta DSJC, para análise;
 - g. Depois de analisadas, se pertinentes, serão introduzidas no Projeto do Regulamento, caso contrário, manter-se-á o mesmo Projeto, que deverá ser submetido a consulta pública, nos termos do art. 101º do CPA.

Assim sendo, deve o processo seguir para o Executivo.

A jurista,

Elisa Cunha Coelho

Luís...
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Miguel Antunes Guimarães

Concordo. Ao Sr. Diretor Municipal.

19/11/2018

[Signature]

4. Comp

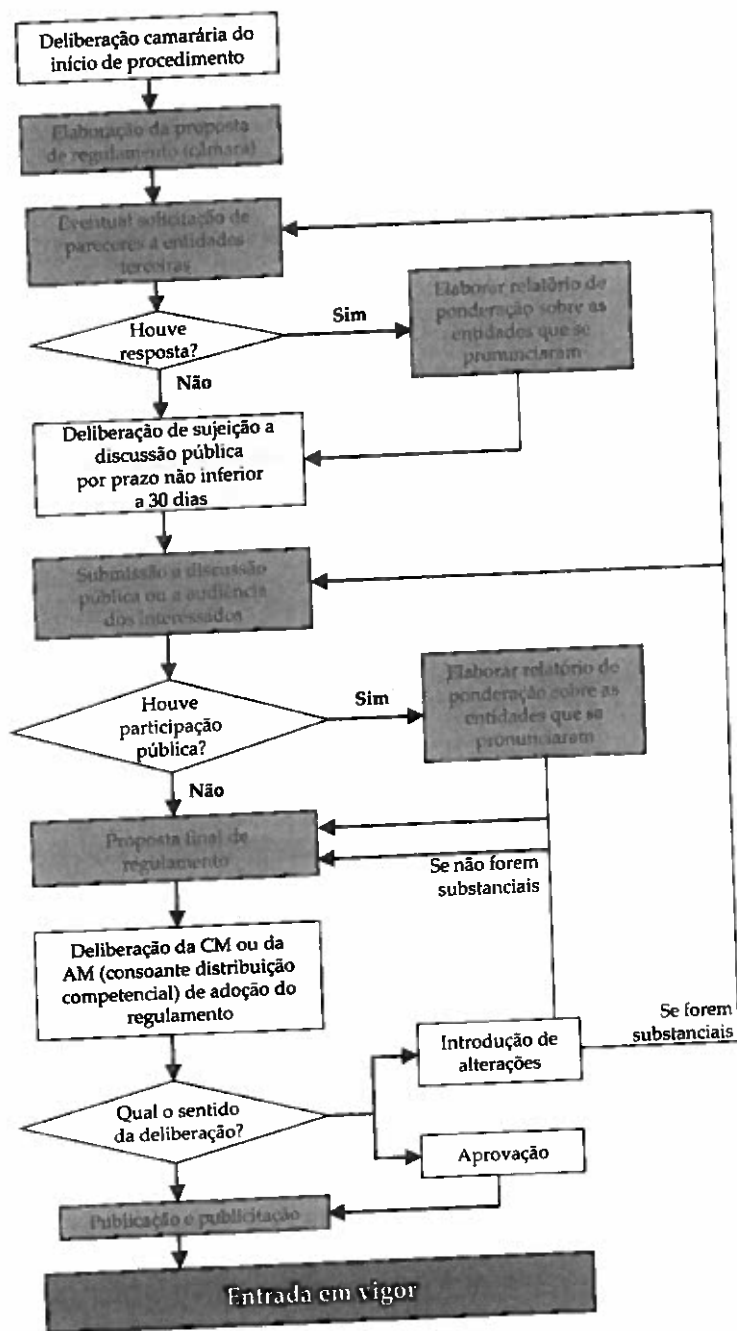
A propó:
saber qual o órg
municipais refe
analisada atinei
cabe aferir quei
mento.

A nível r
petências tanto
setémbr, na re
crevia que tant
diam elaborar
âmbito de com

Assim, a
sob proposta d
sem, exclusivar
junta das assen
n.º 2 do art. 53.º
tembro, com a

Por seu
regulamentos e
o preceituado
de 18 de setem
base neste qua
sem unicamen
nos loteament
câmara munic
mentos. O mes
taneamente à c
petência origir
regulamentaçã
também, um d

Por fim,
as compensaç
taxas, deviam





MINUTA

AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO:
ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS G-G-1/42º, 43º, 44º do CÓDIGO REGULAMENTAR DO
MUNICÍPIO DE BRAGA - CRMB e DO ARTIGO 69º DA TABELA DE TAXAS ANEXAS AO
CRMB

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia 05 / 02/2018, deliberou iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a alteração dos artigos G-G-1/42º, 43º, 44º do Código Regulamentar do Município de Braga e do artigo 69º da Tabela de Taxas anexa ao CRMB.
2. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
3. Os interessados podem ainda, no prazo de 15 dias úteis, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de alteração, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.
4. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuado por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico municipe@cm-braga.pt, colocando como Assunto “Apresentação de sugestões – projeto de alteração dos dos artigos G-G-1/42º, 43º, 44º do Código Regulamentar do Município de Braga e do artigo 69º da Tabela de Taxas anexa ao CRMB”.-----



BRAGA
Município

DMGAP - DIVISÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

Braga, _____ de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio